

## OS PRINCÍPIOS DA ÉTICA E DA POLÍTICA ARISTOTÉLICA APLICADOS AO COTIDIANO DA SALA DE AULA: ALGUNS APONTAMENTOS.

*THE PRINCIPLES OF ARTICLE ETHICS AND POLICY APPLIED TO CLASSROOM DAILY: SOME POINTS.*

*Adão Alves de Araújo.<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este artigo tem como finalidade, discutir de forma reflexiva, alguns conceitos da ética e da política de Aristóteles, com vistas a sua aplicação na escola, por parte de professores, visando o aprendizado e o desenvolvimento das virtudes propostas pelo filósofo, que são os pilares da boa convivência e da justiça entre alunos e professores, tendo como pilar fundamental a amizade entre os indivíduos, tanto professores entre si, como alunos, também entre si, e, estes entre professores, visando um bem maior: o desenvolvimento e o aprimoramento das virtudes éticas e políticas. Do exercício da liberdade e da amizade, pautados na justiça, no bom conviver comunitário na busca de melhores condições de exercício do aprender, do estudo, das virtudes morais e da afetividade entre professores e alunos. De forma alguma sugere a resolução de todas as dificuldades e fracassos da educação. Reflete sobre alternativas possíveis, imagináveis e realizáveis que contribuam de forma a acrescentar opções e escolha para o aprimoramento e o desenvolvimento da amizade para o bom relacionamento no dia a dia, do cotidiano da escola e da sala de aula, tão desgastados por políticas de isolamento e afastamento dos elementos de amizade e justiça, presentes no cotidiano, causados pelos mais variados discursos e políticas educacionais, produtos de sucessivas tentativas ao longo do tempo.

**PALAVRAS-CHAVES:** Aristóteles. Filosofia. Filosofia da Educação. Ética. Política. Educação. Sala de aula. Amizade. Virtude. Cidadania.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to reflectively discuss some concepts of Aristotle's ethics and politics, with a view to their application in the school by teachers, aiming at the learning and development of the virtues proposed by the philosopher, which are the pillars. good coexistence and justice between students and teachers, having as its fundamental pillar the friendship between the individuals, both teachers and students, also among themselves, and, among teachers, aiming at a greater good: the development and improvement of ethical and political virtues. The exercise of freedom and friendship, based on justice, good community life in search of better conditions for the exercise of learning, study, moral virtues and affection between teachers and students. It in no way suggests solving all the difficulties and failures of education. Reflects on possible, imaginable and achievable alternatives that contribute to adding options and choice for the enhancement and development of friendship for the good relationship in everyday life, school and classroom, so worn

---

<sup>1</sup> Professor Titular, Filosofia e História – Secretaria Estadual de ensino do Estado de São Paulo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual Paulista. araujozz@yahoo.com.br

out by isolation policies and distancing from the elements of friendship and justice, present in everyday life, caused by various educational discourses and policies, products of successive attempts over time.

**Keywords:** Aristotle. Philosophy. Philosophy of Education. Politics. Education. Classroom. Friendship. Virtue. Citizenship.

## INTRODUÇÃO

Ao referirmo-nos ao cotidiano da sala de aula como um ambiente, um local real de múltiplas possibilidades, variações de personalidades, costumes, práticas, relações interpessoais e pessoais, facilmente somos levados a compreendê-lo como um lugar especialmente estruturado para uma finalidade: o estudo e o ensino. Assim, a busca pela realização deste intento se inscreve em um fim maior, qual seja, a formação de indivíduos aptos a se adaptarem às exigências de um mercado de trabalho cada vez mais complexo e mutável, capacitados para exercerem sua cidadania, enquanto seres autônomos. Esse é o fim maior. Em outras palavras, a sala de aula, sua estrutura, sua organização, as ações e práticas educacionais, bem como o estudo propriamente dito, são um meio utilizado para a busca de um fim maior, a formação do indivíduo, seu desenvolvimento cognitivo e afetivo, além dos objetivos já citados acima. Nesse contexto, compreende-se que a atividade-meio, a que Aristóteles define como a capacidade de fazer o que nos propomos mediante o uso dos materiais disponíveis (ARISTÓTELES, 2007, p. 50), tem de ser diária, ou seja, é a partir de disciplinas e conteúdos singulares, atividades e tarefas, descanso, e trabalho, que se forma o que se pode chamar de cotidiano de sala de aula. Atividades rotineiras e regradas dentro do ambiente escolar, por um período determinado.

Sob essa perspectiva, o que se denomina como cotidiano de sala de aula apresenta-se como uma forma estática e rígida, na qual todos os elementos estão previamente dados; concebidos e estruturados de maneira que todo o processo de estudo, ensino e aprendizagem ocorra, no mínimo, satisfatoriamente. Distúrbios e desvios de aprendizagem, que podem acontecer, e ocorrem, são deste ponto de vista prontamente analisados, determinados e solucionados na própria sala de aula e, quando da impossibilidade de solução nesta, há agentes externos previamente determinados a resolver, fazendo desaparecer pouco a pouco tais situações conflituosas, pois a estrutura maior, a Escola enquanto instituição, já está provavelmente montada e preparada a lidar, também com essas ocorrências cotidianas.

É importante observarmos que as informações e explicações acima expostas representam, apenas uma concepção técnica do processo e dinâmica escolar cotidiana, uma concepção na qual pessoas são como que excluídas de qualquer consideração. Os procedentes e conceitos assim tratados denotam uma forma teórica de abordagem dos procedimentos a serem tomados em sala de aula em que

as pessoas, alunos e professores, entre outros, estão excluídos destas considerações. Daí a necessidade de se compreender que

Dar ao cotidiano na sala de aula o mesmo tratamento disciplinar que temos dado ou devemos dar ao ensino e à aprendizagem de línguas, matemática, ciências e artes pode ser um caminho para a boa realização da escola para todos. Para isso, é necessário desenvolvermos competências e habilidades relacionadas às categorias e aos modos de ser do real em sua expressão diária. (MACEDO, 2002, p. 10)

Todo o processo de formação da aprendizagem no contexto escolar depende da atuação de pessoas, porque elas são o objeto e o fim e dão vida e movimento às ações e interações propostas para o ensino, estudo e aprender. Estes agentes são, no entanto, dotados de personalidade, vontades muitas vezes conflitantes, tanto no que diz respeito ao professor quanto aos estudantes. No limite das ações, as relações entre esses dois agentes no cotidiano escolar, é determinante para o sucesso ou o fracasso do processo educativo, uma vez que havendo um bom relacionamento, tanto professores quanto estudantes tornam-se mais propensos a aceitarem ou, de outra maneira, colaborarem mutuamente para a diminuição das tensões e rejeições, a buscarem equilíbrio entre ações e emoções relativas uns aos outros, bem como para todo o ambiente em sala de aula.

Ao contrário, relacionamentos afetados por emoções conflitantes e, mais que isso, indisposição para o diálogo e a amizade, imposições de comportamentos e critérios resultam num maior grau de conflito e desentendimento, suscitando excessos, quando a melhor alternativa pode ser a ação ponderada, e, também, na falta ou omissão, quando há necessidade de uma tomada de posição ou ação, que seja, equilibrada; neste sentido a indisposição e o ressentimento, sentimentos que se antepõem a dialogicidade e prejudicam o trabalho, tanto do professor, quando do aluno.

Conforme Macedo (2002, p. 10)),

[...] administrar o cotidiano na sala de aula tornou-se um grande problema para professores e alunos. Indisciplina, dispersão, inconveniência, confusões, dificuldades de todo tipo perturbam a realização das propostas ou das tarefas pedagógicas. O sentimento é de perda de tempo, caos espacial e descuido com objetos escolares, falta de sentido das tarefas e relações entre pessoas marcadas pela indiferença ou pela negatividade. O sentimento é de incompetência, insuficiência e desânimo. Penso que uma das razões para isso é que ainda estamos marcados pela imagem de uma escola ideal, sonho de realização de todos nós, em que alunos, dóceis e gratos aos seus professores, vão lá para aprender a serem felizes. Graças a isso, os professores podem dedicar-se preferencialmente ao ensino das matérias e à avaliação do que foi aprendido pelos alunos. Pensamos que tudo isso foi talvez possível um dia e ainda se realiza hoje em algumas escolas. Porém, para tanto, o preço a ser pago pelos alunos é o de conviver e aprender na escola de um modo condicionado: se não obedecem às regras, se não aprendem o mínimo, se não aceitam a cultura da escola, então são excluídos e reprovados.

Nesse sentido e conforme afirma Macedo (2002), existe um sentimento comum, compartilhado por muitos professores.

### **ARISTÓTELES: A ÉTICA E A POLÍTICA COMO VIRTUDES**

O cotidiano escolar, principalmente a sala de aula e as relações que nela ocorrem, caracteriza-se pelas mais diversas formas de personalidade, reunidas neste ambiente que abriga e comporta diferentes concepções e comportamentos, em outras palavras, um ambiente em que pulsam paixões e emoções das mais distintas. Dessa forma, pode-se então inserir a sala de aula na categoria de uma comunidade com seus líderes, seus representantes; palco de afetos e desafetos, imersos em uma comunidade maior, que seja a escola.

Sob este ponto, aqueles que defendem a escola enquanto como um lugar que se parece com uma prisão, em que impera apenas a vigilância e a punição, ou a doutrinação de corpos, podem divergir acerca da proposição posta aqui, segunda a qual, a escola enquanto instituição e mais especificamente, a sala de aula, é neste contexto representada como uma comunidade. Sem discordar e, tendo como entendimento, a concepção de que atividade escolar, isolada e afastada de suas características de liberdade, alteridade, e tendo como princípio de suas suas ações a repressão das individualidades, a sujeição e a dominação autoritária, como forma de modelagem de indivíduos, é como uma prisão,

[...] óbvia também em sua tarefa, suposta ou exigida, de transformar os indivíduos. Ao encarcerar, ao retrainar, ao reeducar e tornar dócil, a prisão apenas reproduz, de modo acentuado, todos os mecanismos encontrados no corpo social: ela seria apenas um quartel estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria e meticulosamente organizada. (BENELLI, 2014, p. 69).

E, sem querer deter-me nesta forma de análise, tomemos como parâmetro o conceito de comunidade. Denomina-se comunidade escolar, e essa definição já é corrente há um bom tempo, à um conjunto de habitantes com características comuns, realizando atividades comuns em conformidade as regras desse lugar e grupo, particular em relação ao todo: a escola. No interior da comunidade maior que é a escola, insere-se o grupo que frequenta à determinada turma teoricamente em consonância com suas normas e procedimentos. No entanto, pertencentes também a grupos e comunidades exteriores à escola, os indivíduos trazem consigo as mais variadas concepções de mundo, sobre si mesmos e sobre o outro. Incluso nestas considerações estão também os professores que, como os alunos, concebem o mundo e as relações de maneiras diversas, ou seja, compreendem a si mesmo e ao outro de forma particular e ao mesmo tempo multiforme, misto de experiências e aprendizados adquiridos na família, entre os amigos, enfim, traz consigo as influências e marcas, a formação e características que os distinguem como a seus alunos, um dos outros.

Agrupados num mesmo local: a escola. Num mesmo ambiente: a sala de aula. Durante um considerável período, que, mais do que alguns dias, se estendem a pelo menos três a quatro anos com um mesmo professor, uma vez que segundo a dinâmica estabelecida pela forma de estruturação e regulamentação da dinâmica escolar, o período de convivência em comunidade pode se estender a sete ou oito anos. Um período considerável em companhia de outros tantos alunos e professores, funcionários e familiares, em que se tecem relações nem sempre de forma amistosa e pacífica, mas que ainda assim se pode caracterizar como convivência.

Para além dos conteúdos e de sua aplicação, mecânica ou não, existe a relação entre professores e alunos, em que a conversa e a amizade são fundamentais, a tal ponto em que o cotidiano é tão prejudicado, tão massificante e repetitivo que a própria disposição de ambos, professores e alunos durante o período de uma aula, é esmagada pela rebeldia, pela indisposição em permanecer ou participar das atividades, comportamento já caracterizado por Aristóteles(1996) como vício, uma vez que segundo o filósofo as pessoas se sentem afetadas pelo ambiente, pela própria estrutura sistematizadora e distante, de forma que as relações mais se configuram como uma disputa, um estranhamento, quando o ideal seria a aproximação e a colaboração com vistas a um bem maior, qual seja o estudo, o aprendizado, o aprofundamento das relações de amizade e, por que não, de amor entre os indivíduos, o que suscitaria o desenvolvimento pleno de suas capacidades intelectuais e de amizade. Essas formas de relacionamento provavelmente poderiam resultar em um melhor processo de aprendizado individual, tanto do professor quanto do estudante, e da escola enquanto uma comunidade maior, que se beneficia.

A ética e a política de Aristóteles podem contribuir de muitas maneiras para o aprofundamento das relações professor-aluno, bem como dos alunos entre si e dos próprios professores, também entre si. Seus princípios e objetivos podem concorrer para uma melhor convivência, quando considerados sob a ótica do bem maior, qual seja, a felicidade e a boa vida. Para os objetivos aqui propostos, esse bem maior seria uma melhor convivência e a possibilidade de relação entre professores e estudantes mais humanizadora, caracterizando claras possibilidades de melhorias do processo de ensino, das atividades de estudo e da aprendizagem em sala de aula, bem como promovendo a boa vivência entre todos os atores e, com isso o bem de toda a comunidade escolar, como um todo.

O foco no todo é característica da obra de Aristóteles e, aqui, o todo também deve ser levado em conta quando se reflete sobre a educação, já que para além das individualidades características de cada indivíduo, o todo é maior que cada um deles, pois,

Se o homem está destinado a realizar a sua essência como ser comunitário- sendo o bem da *polis* aquele que deve, na ordem dos fins, ser alcançado com prioridade, o bem supremo que a política viabiliza na comunidade[...]deve ser superior a qualquer bem que o indivíduo possa almejar individualmente [...] pois o bem comunitário da *polis* é superior. (CANDIOTO, 2010, p. 34)

Dessa forma, sendo uma comunidade formada por vários indivíduos considerados individualmente, o bem da comunidade, sua saúde política, ética e moral propicia um bem a todos os indivíduos. Uma comunidade onde poucos são privilegiados terá como resultado, prejuízos e deficiências próprias por haver em seu interior carências e defasagens que marcaram o desenvolvimento desta, de forma individualista, sem ter em vistas o todo. Por outro lado, em uma comunidade onde o todo é privilegiado, aqueles que possuem, individualmente, certas características que os distinguem, seja maior capacidade intelectual, maior propensão para se desenvolver, terão suas capacidades desenvolvidas de forma tal, que de outro modo, elas seriam prejudicadas.

Uma sala de aula que, em seu cotidiano é marcada pela indisciplina, pela falta de motivação, ou relação deficitária, de intenso enfrentamento, desrespeito entre professores e alunos é um ambiente em que o desenvolvimento de alunos, desde os considerados bons, ou excelentes alunos, é gravemente prejudicado, pela deficiência do ambiente de estudos e pelo cotidiano afetado negativamente. Quanto mais aos alunos que trazem as maiores dificuldades de aprendizagem ou desenvolvimento de sua personalidade comportamental e emocional; estes serão sempre os mais prejudicados nesse contexto. Daí a necessidade de que se contemple privilegiadamente o todo.

Para que o todo possa contribuir para o melhor desenvolvimento de maneira equilibrada e equivalente, para todos os estudantes e professores, Aristóteles exemplifica a atuação das pessoas pelo bem do todo afirmando que

[...] embora os marinheiros tenham funções muito diferentes, um empurrando o remo, outro segurando o leme, um terceiro vigiando a proa ou desempenhando alguma outra função que também tem seu nome, é claro que as tarefas de cada um têm sua virtude própria, mas sempre há uma que é comum a todos, dado que todos têm por objetivo a segurança da navegação, à qual aspiram e concorrem, cada um à sua maneira. (ARISTÓTELES, 1996, p. 61)

Este exemplo, quando aplicado como forma de reflexão para as relações que se estabelecem no contexto e na comunidade escolar, faz compreender que para acontecer a plena realização dos fins educacionais, somente a atuação conjunta pode propiciar um bem maior a todos enquanto comunidade tanto como individualmente, proporcionando a todos um justo acesso aos conhecimentos, considerados como um bem, próprios do processo educativo.

Consideremos também alguns princípios e pressupostos da ética e da política aristotélica que podem ser aplicados para um melhor convívio na busca do bem maior, qual seja a comunidade escolar, considerada em seu cotidiano, como maneira de alcançar uma melhor convivência e conseqüentemente, um maior aproveitamento dos estudos de forma justa e igualitária para todos.

Na política, um dos primeiros pressupostos para a boa vida e a convivência entre os indivíduos é o reconhecimento desses como seres políticos e sociáveis. Sendo impossível ao homem deixar ou não de conviver com seus semelhantes, uma vez que, segundo Aristóteles (1996, p. 14),

Evidentemente o Estado está na ordem da natureza e antes do indivíduo; porque, se cada indivíduo isolado não se basta a si mesmo, assim também se dará com as partes em relação ao todo. Ora, aquele que não pode viver em sociedade, ou que dê nada precisa por bastar-se a si próprio, não faz parte do Estado; é um bruto ou um Deus. A natureza compele assim todos os homens a se associarem.

Sendo compelidos à associação, evidentemente, conflitos e diferenças de personalidade e comportamentos se apresentam como algo natural, característico de cada um enquanto indivíduo componente de um todo. No entanto, é necessário a conscientização das diferenças e desigualdades entre cada um e o respeito mútuo entre os indivíduos, que são diferentes, ação que se torna parte integrante da busca pelo bem viver nesta comunidade, pois que todos convivem dia a dia, e a interação, o desenvolvimento da amizade entre os indivíduos concorre para o desenvolvimento do respeito mútuo, e para o tratamento justo entre eles e para com o todo.

Para que a boa convivência, a amizade e o bem de todos seja o fim maior a ser alcançado, algumas disposições individuais acerca de cada elemento do todo devem ser levadas em consideração, uma vez que a consciência do bem e sua busca também são objetos de estudo e reflexão por Aristóteles. O filósofo elenca alguns pré-requisitos, para que seja bem-sucedido e, sem o qual, uma comunidade de forma alguma pode alcançar a unidade, enquanto um todo. Ele denomina virtudes às qualidades que devem reger os relacionamentos coletivos, bem como as ações individuais, que formarão, a partir de indivíduos virtuosos, uma comunidade justa e boa.

A partir, delas, as virtudes, pode-se tentar responder a como buscar uma melhor forma de viver e conviver juntos, em sociedade, e, aqui podemos aproximar esses conceitos a vivência na escola e sala de aula, buscando uma forma adequada de relacionar-se; os alunos entre si, com professores, e com os outros na condição de uma relação social, unindo a busca pelo bem individual, e o bem viver na convivência com os outros que são os objetivos da ética e da política, respectivamente. Segundo Ramos (2010, p. 28) “[...] para que isto seja viável, o filósofo insiste na tese de que é preciso identificar fins que são bons em si mesmos,

os quais não só antecedem como também servem de critério objetivo para aquilo que é correto fazer.”

Que fins podemos almejar no cotidiano de uma sala de aula, na vivência na comunidade escolar, enquanto indivíduos componentes desta mesma comunidade, os quais identificamos como bons em si mesmo, independentemente de quaisquer desejos ou paixões, individuais, fins que por si só são desejáveis e podem ser buscados por todos para o bem viver, o bom relacionamento e desenvolvimento de todos? E, por *paixão*, “Prefiro dizer que paixões não são contentamentos ou desprazeres nem opiniões, mas tendências, ou melhor, modificação da tendência, que vêm da opinião ou do sentimento, e que são acompanhadas de prazer ou de desprazer.” (LEIBNIZ, 2004, p. 152).

Na Ética, esse fim é um bem. A Felicidade, a qual, traduzida para a sala de aula e para o cotidiano escolar, é resultado da boa vivência, da amizade e da harmonia entre as ações e relações entre os indivíduos, uma forma de exercício e prática diária na manutenção desse bem. Daqui surge a questão: o que é preciso para alcançar esse bem? Para Aristóteles (1996) precisamos adquirir outros bens, que seriam os meios para alcançar um fim maior, a felicidade.

A esses meios, que também são bens a serem adquiridos, ele denomina virtudes, e define que, “sendo a felicidade então, uma certa atividade da alma, conforme à excelência perfeita, é necessário examinar a natureza da excelência. Isso provavelmente nos ajudará em nossa investigação a respeito da felicidade.” (ARISTÓTELES, 1996, p. 134).

Sendo a virtude, o meio segundo o qual, e com o qual podemos aspirar um bem maior, qual seja a felicidade, uma questão que surge é: a virtude pode ser ensinada? A escola pode ensinar virtudes? Ou, ao contrário, é algo inato ao ser humano? Uma predisposição natural, que impele todos os seres humanos à prática virtuosa? Aristóteles (1996) apesar de afirmar que “todos buscamos a felicidade” e que nesta busca a condição e meio para alcançarmos é apresentarmos algumas virtudes próprias que nos auxiliarão a alcançar essa condição de felicidade, o filósofo não admite que as virtudes são parte inerente de nossa constituição psíquica e moral, não fazendo parte da natureza do homem. Afirma, ser uma disposição de caráter. Essa afirmação,

[...] significa, para Aristóteles, que depende da vontade do agente agir de maneira apropriada à prática de atos virtuosos. E essa prática está vinculada a uma disposição[...] constantemente adquirida e incorporada ao nosso modo de ser, de tal forma, que ela torna-se um hábito pela contínua prática de boas ações. (CANDIOTO, 2010, p. 29).

O espaço escolar, sendo um local de convívio diário entre professores, alunos e funcionários, caracterizando-se como uma comunidade, se apresenta como um local privilegiado para o aprendizado e exercício constante de práticas virtuosas. Não sendo algo inerente ao ser humano, a aprendizagem de virtudes



tem no espaço escolar vantagens propícias a aplicação e desenvolvimento das disposições de caráter relativos à prática de atos virtuosos. É uma vez que não é algo inato ao ser humano, os quais não tem predisposição natural à prática de atos virtuosos envolve outra característica: a escolha, ação que envolve à vontade para o agir de acordo com práticas virtuosas, visando o bem. O ato de escolha pode ser tanto para o agir, quando visa um bem, como para não agir e compreender também dizer sim, quando os princípios e ações não forem virtuosas, ou não. Assim, a ação virtuosa

[...] é uma disposição de caráter relacionada com a escolha[...] deve ser o resultado de uma escolha refletida, resultado de uma deliberação por parte do agente. Ou seja, a virtude depende de um certo tipo de escolha, aquela que está no nosso poder de deliberação sobre um desejo. (CANDIOTO, 2010, p. 30).

Sendo objeto da escolha o agir e o não agir; os atos e ações visando um bem, ou o bem do todo na comunidade escolar envolvem e dizem respeito a outra característica dos atos virtuosos. A voluntariedade, a qual aqui se entende como o processo segundo o qual a tomada de decisão, o ato ou ação é produto de escolha e deliberação por parte do agente, de acordo com a sua vontade, assim podemos dizer. A disposição para o agir, a vontade e a deliberação levam à voluntariedade no agir do indivíduo. Segue-se que, há uma condição para esse agir, a falta de agentes ou circunstâncias que o levem, contra a sua vontade, a agir de determinada maneira, quando poderia, segundo sua vontade, agir de outra. A simples menção de que algo ou circunstâncias exteriores ao agente, o impulsionaram, ou o forçaram a agir elimina a voluntariedade, caracterizando um ato involuntário.

Aqui é importante também frisar que devido à disposição, tanto de alunos, quanto de professores, para o não agir, quando o agir é o ato virtuoso por excelência, devido a vários fatores como a indisciplina, o distanciamento nas relações, a desvalorização do profissional, a indisposição causada pela frustração que é produto de todas as dificuldades elencadas acima, e muitas outras, em alguns casos é uma escolha deliberada, voluntariosa

Também é, por vezes, produto do ambiente escolar, como um todo, bem como de toda sociedade, na qual vivemos atualmente, forçando professores e alunos à escolhas que, pouco, se referem aos objetivos escolares e educacionais, quais sejam: Se perceber como agente de uma prática profissional inserida no contexto mais amplo da prática social, capaz de fazer a correspondência entre os conteúdos que ensina e sua relevância social, frente às exigências de transformação da sociedade presente e diante das tarefas que cabe ao aluno desempenhar no âmbito social, profissional, político e cultural.

A partir da escolha, produto de uma disposição de caráter que unida a deliberação e voluntariedade o ato virtuoso pode se materializar. E esse ato virtuoso é pautado pela mediania. Aqui, Aristóteles (1996, p143) apresenta a celebre

proposição do princípio do meio-termo. A virtude, “a excelência moral se relaciona com as emoções e as ações nas quase o excesso é uma forma de erro, tanto quanto a falta, enquanto o meio termo é louvado como um acerto.” A virtude moral, a excelência nos atos e nas escolhas tem a ver com um certo equilíbrio das paixões e emoções ao qual o agente submete de forma racional sua vontade. Por ser racional, a escolha está intimamente ligada à deliberação por parte do indivíduo. Representa a ponderação, não simplesmente a entrega desmesurada à uma vontade qualquer, desmedida e por impulso. Ela, a escolha, é produto da razão e, enquanto objeto de reflexão sugere a mediania nas tomadas de decisões. E, esta mesma mediania diz respeito ao sujeito da ação. Ela não algo como uma média aritmética, na qual as ações devem ter um padrão.

Convém lembrar que o justo meio não pode ser deduzido de forma objetiva, segundo um padrão fixo de regras, mas é uma medida relacionada ao agente que, concretamente e a partir da sua avaliação, procura proceder de modo a realizar uma ação pautada pelo critério do justo meio. (CANDIOTO, 2010, p 31).

Referindo-se ao sujeito, a mediania está mais próxima das ações e das práticas (*ethos*) de cada um, por isso mesmo deve se aproximar, visando um bem, das medidas em que cada indivíduo tem a disposição e a voluntariedade para o agir, entre o excesso e a falta, quando agir é necessário, ou quando o calar-se é um bem. Na medida das potencialidades próprias de cada indivíduo. Não é uma prática cega. É uma apropriação refletida dos desejos e paixões de modo a conduzir sua vontade segundo um fim, o bem.

Tendo como base e parâmetro a vida na cidade, a boa vida e a convivência equilibrada entre os indivíduos dessa comunidade, segundo a ética e a política aristotélica, compreendemos que

A cidade só efetiva essa finalidade se ela propiciar a realização de ações morais e se os indivíduos forem moralmente educados para viverem em comunidade segundo ações virtuosas. Assim, as leis da cidade têm um escopo ético, o de formar a cidadania segundo normas e valores da vida ética. (CANDIOTO, 2010, p 35)

Quando os propósitos, os objetivos e os impulsos, são conflitantes, uma comunidade pode ser e ter seus pilares mais sólidos prejudicados. À boa vivência sucederá a disputa, a indisposição para o acordo mútuo com vistas ao benefício de todos, de forma que uma situação de desequilíbrio se instaura, diluindo paulatinamente as bases de sustentação, indispondo desejos e anseios, professores e alunos, transformando o cotidiano numa relação de inimizades e discordâncias, próprias de uma relação desequilibrada, pois,

Quando há desejos conflitantes, e o desejo bruto não submetido ao esforço de uma escolha deliberada prevalece como desejo mais forte oposto ao da deliberação, manifesta-se uma fraqueza da vontade [...] pela qual o sujeito [...] dominado pelas paixões e em dissonância com a justa medida da virtude, sente-se impotente para governar a si mesmo. (CANDIOTO, 2010, p 34)

## A JUSTIÇA E A AMIZADE NA COMUNIDADE ESCOLAR: A AMIZADE É O PILAR DAS VIRTUDES ÉTICAS

Assim sendo, então, qual seria a virtude que possibilitaria aos cidadãos uma forma de entendimento mútuo, de forma que, possuindo-a, pudessem, e possam, superar os entraves das fraquezas e dificuldades, tanto emocionais, passionais, como aquelas de caráter moral, material e ideológico, característico de cada um enquanto ser único, enfim, uma ou mais virtudes que sejam comuns a todos e compartilhada entre todos, que seria como que um mediador entre as individualidades, de tal maneira que as deliberações, os atos da vontade, e a voluntariedade, fossem consolidadas e fortificadas, beneficiando as relações entre os indivíduos da polis, ou da comunidade? Ou seja, “qual deve ser o cimento da vida política entre os cidadãos da polis? Duas virtudes – ético-políticas – são importantes para consolidar a convivência humana na comunidade política: a justiça (*dike*) e a amizade (*philia*), pois tanto uma como outra se referem às relações dos homens uns com os outros.” (CANDIOTO, 2010, p. 40).

A justiça é uma virtude característica de homens bons. Ela só pode ser um ato da vontade, enquanto repousa sobre a bondade e a virtude moral. A falta de bondade e disposição de caráter para as ações justas, caracterizam desequilíbrio de conduta, enquanto a aceitação de toda e qualquer conduta como sendo justa, também caracteriza-se por desequilíbrio. Assim, a justiça é o justo meio entre o agir, quando isso é necessário, e o não agir, quando for justo.

Estando em nosso poder a escolha, deliberada, voluntária, pautada no equilíbrio a ação justa torna uma comunidade boa para aqueles que da justiça são amigos, e daqueles que mais necessitam dela para que possam estar a salvos daqueles que não praticam atos de bondade e justiça. É a justiça que preserva o bem e a felicidade numa comunidade. Pois é distributiva. Restabelece a igualdade entre os desiguais, pois não pode retribuir mais aos que tem mais, e menos aos que têm menos. Ao contrário, ela distribui mais aos que tem menos e menos aos que tem mais. É proporcional. Assim, “a distribuição da mesma quantidade só é justa para os iguais; para os desiguais a distribuição não pode ocorrer da mesma maneira, pois violaria a proporcionalidade. É a ideia de que é justo distribuir uma quantidade igual para os iguais e desigual para os desiguais.” (CANDIOTO, 2010, p. 40).

Imaginemos duas famílias iguais A e B, com dois filhos cada uma, totalizando quatro pessoas; e outras duas famílias X e Y, desiguais, onde uma delas (X) tem dois filhos, portanto composta de quatro pessoas e, a outra, (Y) tendo cinco filhos, é composta de sete pessoas. A distribuição, tomemos como exemplo de alimentos, entre as famílias iguais será igual, pois seria injusto distribuir mais a uma e menos a outra, sendo as duas exatamente iguais. Já no caso das famílias desiguais X e Y, a justa distribuição seria uma parcela desigual a cada uma delas, pois tendo a família Y um número maior de pessoas que a compõe, seria injusta caso recebesse exatamente a mesma quantia, no caso de uma quantia necessária

para a sobrevivência de quatro pessoas, tendo em seu seio sete pessoas. O desequilíbrio seria por falta. Em outro caso, quando for distribuído a quantidade necessária para a sobrevivência de sete pessoas, as duas famílias receberem a mesma quantidade, haveria um desequilíbrio por excesso, no qual a família com quatro componentes receberia bem mais do que o necessário, caracterizando, novamente uma injustiça com relação à família com amis indivíduos.

“A justiça, portanto, é compatível com desigualdade, mas uma desigualdade de iguais. Ela é, desse modo, uma virtude política, pois, está referida aos indivíduos que estão numa relação de simetria nas relações políticas de mando e obediência.” (CANDIOTO, 2010, p. 41). Porque, na escola, haveria injustiça e desequilíbrio, tanto por falta, quanto por excesso? Que motivações impulsionariam o tratamento desigual para com os indivíduos? Àqueles que mais necessitam, seria dado menos? “Àqueles que menos necessitam seria dado mais? Alunos com desvios de comportamento; não se relacionam de forma equilibrada, tanto no que diz respeito à falta, quanto ao excesso. Como distribuímos, ou redistribuímos atenção, dedicação, afeto, amizade? Fica a questão.

Com relação à amizade, ela é o fundamento político e moral, uma virtude por excelência, a qual sustenta todas as relações numa comunidade. A amizade é o motor da boa convivência, dos atos virtuosos, com vistas ao bem, do amigo e da própria pessoa,

[...] a verdadeira amizade é, pois, a dos bons, como tantas vezes dissemos. Efetivamente, o que é bom ou agradável no sentido absoluto do termo parece estimável e desejável, e a cada um se afigura ser o que é bom e agradável para ele; e por ambas essas razões o homem bom é estimável e desejável para o homem bom. Ora, dir-se-ia que o amor é um sentimento e a amizade é uma disposição de caráter, porque se pode sentir amor mesmo pelas coisas inanimadas, mas o amor mútuo envolve escolha, e a escolha procede de uma disposição de caráter. E os homens desejam bem àqueles a quem amam por eles mesmos, não por efeito de um sentimento, mas de uma disposição de caráter. E finalmente, os que amam um amigo amam o que é bom para eles mesmos; porque o homem bom, ao tornar-se amigo, passa a ser um bem para o seu amigo. Cada qual, portanto, ao mesmo tempo que ama o que é bom para ele, retribui com benevolência e apazibilidade em igualdade de termos; porque se diz que amizade é igualdade, e ambas são encontradas mais comumente na amizade dos bons. (ARISTÓTELES, 1996, p. 263).

Na escola, o vínculo de amizade é, senão o primeiro, uns dos primeiros momentos no processo de escolarização e de relacionamento, a acontecer no meio educacional. Ao chegar na escola, pela primeira vez, ou numa nova turma, “em seu primeiro dia de escola, o menino não pensa no que será a matemática ou na lição de português. Ele quer saber quem será sua professora, mas, sobretudo, quer encontrar um *amigo* ou *fazer amigos*. A escola seria tanto para o menino, quanto para a menina, essencialmente, isso: o seu primeiro espaço de amizades. (CARVALHO, 2010, p. 60). E, neste, suas interações de amizade vão aumentando em quantidade e qualidade, a tal ponto de a vivência se tornar parte do cotidiano do aluno e, também, de professores. A preocupação com o bem estar do amigo,

o desejo de partilhar suas dificuldades e dúvidas, tanto em relação ao cotidiano escolar, quanto às vivências e experiências fora da escola, fazem da amizade esse aporte emocional, comportamental, e inclusivo; que une, que coaduna as paixões e sentimentos em busca de bem do próximo, bem como a busca pela satisfação e bem próprios, relativa ao companheirismo, à ajuda mútua e à cumplicidade próprias daqueles que compartilham do bem querer um ao outro. Nesse sentido,

A unidade da cidade é obra da amizade, ou seja, uma cidade é a comunidade da vida feliz, perfeita e autárquica, e as relações que permitem essa vida em comum – a justiça – são obras da amizade, pois ela é a escolha refletida de viver e conviver juntos. Portanto, fonte de felicidade para cada indivíduo e elemento de concórdia para a cidade, a amizade deve ser entendida como uma questão ética e política. (CARVALHO, 2010, p. 61).

Ela, a amizade, é o “cimento da vida política entre os cidadãos da polis.” (CANDIOTO, 2010, p. 40). Aristóteles define três tipos de amizade, na qual os indivíduos se relacionam, segundo as coisas que estimam no relacionamento de amizade: a amizade fundada no prazer, na mútua utilidade e na virtude. Sendo as duas primeiras consideradas *acidentais*, pois visam algum bem egoísta, individual, são próprias, a primeira, dos jovens que se unem pelo prazer e, as segundas próprias de idosos, cuja busca é pela utilidade que podem obter, assim, enquanto a última, é a amizade autêntica, fundada no querer bem ao outro, na cumplicidade; é uma disposição de caráter virtuosa.

O mesmo raciocínio que se aplica àqueles que se amam por causa do prazer, não é por seu caráter, que gostamos das pessoas espirituosas, mas porque as achamos agradáveis. Logo, as pessoas que amam as outras por interesse amam por causa do que lhes é agradável, e não porque a outra pessoa ‘é a pessoa que amam, mas porque lhes é útil ou agradável. E a utilidade não é uma qualidade permanente, mas está sempre mudando. Portanto, desaparecido o motivo da amizade esta se desfaz, uma vez que ela existe somente como um meio para chegar a um fim. (ARISTÓTELES, 1996, p. 260).

Sendo a amizade o elemento da virtuosidade que tem a força e o poder de mudar as disposições e atos, pois da deliberação entre amigos, surgem escolhas de justiça, de bem querer, pois um amigo verdadeiro jamais irá praticar atos de injustiça contra seu próximo. E, sendo fundada na virtude de caráter, é o elemento que garante a condição da existência da cidade, da comunidade, do bem viver, de forma pacífica, e amorosa. Uma comunidade que preza e zela pela amizade de seus cidadãos, garante, ao mesmo tempo a igualdade e a desigualdade, para o bem e pela igualdade. Ela, a amizade, supõe relações de igualdade entre os amigos. São iguais em todas as relações. O que garante a desigualdade na igualdade. Pois, sendo desiguais em suas concepções e ideias, em suas condições de vida e emoções, supera-a, preservando-a, em nome da felicidade do outro e dos próprios indivíduos. A amizade garante a prática da justiça e a aplicação justa de meios e condições para que a justiça seja aplicada. Na polis, a justiça é essencial. Mas a amizade é primordial. Ela consolida as relações. As deliberações entre amigos buscam o bem

de todos. Os atos de justiça, as escolhas, as deliberações, visam somente o bem de todos. E, se todos são beneficiados, também o cidadão, de forma individual é beneficiado. “Enfim, viver na companhia dos amigos nos faz crescer, corrigir-se mutuamente e tornar modelos uns para os outros, confirmando a máxima: é dos seres virtuosos que aprendemos a virtude”. (CARVALHO, 2010, p. 69).

A atitude ética na sala de aula, por parte de professores, exige a amizade como elemento primordial para o desenvolvimento de relações sólidas e verdadeiras, entre estes e seus alunos. Sem ser utópico, a amizade propicia a abertura para uma relação mais profunda e duradoura entre os agentes da educação, professores e alunos. Mas aqui, uma ressalva: passa longe a concepção de que ao me aproximar do aluno poderei ter mais condições para domesticá-lo, fingindo preocupação com ele, essa não é a amizade virtuosa, verdadeira. Ou, por parte do aluno, ser adúlador do professor, para que suas dificuldades e indisposições não sejam levadas em conta pelo professor, visando ‘obter nota’. Essas modalidades de adulação de forma alguma se inscrevem no que significa amizade, aqui entendida como uma virtude.

## CONCLUSÃO

A amizade verdadeira, representa a disposição moral para o bem querer, o amor mútuo. Theodor Adorno, ao contrário do que podem pensar e, advertindo sobre isso, declara que o amor é essencial, e a falta dele uma das causas de tantos desequilíbrios e fracassos na educação, dizendo,

Se não fosse pelo meu temor em ser interpretado equivocadamente como sentimental, eu diria que para haver formação cultural se requer amor; e o defeito certamente se refere a capacidade de amar. [...], mas seria melhor que quem tem deficiências a este respeito, não se dedicasse a ensinar. Ele não apenas perpetuara na escola aquele sofrimento que os poetas denunciavam há sessenta anos e que incorretamente consideramos hoje eliminado, mas além disto dará prosseguimento a esta deficiência nos alunos, produzindo ad infinitum aquele estado intelectual que não considero ser o estado de uma ingenuidade inocente, mas que foi co-responsável pela desgraça nazista. (ADORNO, 1995, p. 63).

Assim sendo, finalizo, com as afirmações de Carvalho (2010, p. 71):

Neste sentido, ao trazermos para o centro das discussões o diálogo na sala de aula, o fazemos com a finalidade de pensar a escola como um espaço potencializador de amizade, onde o amigo sirva de mediador para que o outro sinta-se acompanhado em suas descobertas e reflexões e, com isso, construírem juntos possíveis saídas para os dramas e dilemas que costumam surgir no âmbito escolar. Vislumbrar a possibilidade da amizade nas salas de aula é a pré-condição intransferível de uma co-cidadania, de uma cidadania-em-comum. Deste modo, podemos acreditar que a escola pode ser um espaço de crescimento, onde a educação desempenhe seu papel de uma forma democrática e humanizadora, sem ser arbitrária. E os educadores construam relações mais sólidas sem serem normatizadores, podendo com os alunos construírem alternativas, primeiro como reflexões e, depois, como elaborações de propostas para enfrentar os problemas e questões que a realidade escolar nos coloca.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARISTÓTELES. **A política**. 15. ed. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Mestres Pensadores.

. **Tópicos**. Revisão do texto: Levi Condinho. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Março de 2007. Disponível em: <<http://www.obrasdearistoteles.net/files/volumes/000000033.pdf>> Acesso em: julho de 2018.

CARVALHO, A. B. de. *In: Caderno de formação: formação de professores educação cultura e desenvolvimento/Universidade Estadual paulista Pró-Reitoria de Graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo*. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2010.

CANDIOTO, C. (Org). **Ética: Abordagens e perspectivas**. Curitiba: Campagnat, 2010.

LEIBNIZ, G. W. **Novos ensaios sobre o entendimento humano**. Trad. Luiz João Baraúna. Coleção Os Pensadores. – São Paulo: Nova Cultural, 2004.

BENELLI, SJ. **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, 252 p. ISBN 978-85-68334-44-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MACEDO, L. de. Reflexões sobre o cotidiano na sala de aula. **Patão Revista Pedagógica**. Ano VI, n. 22, julho/agosto, 2002. Disponível em: <[http://www.drearaguaina.com.br/educ.../cc/texto\\_1\\_reflexoes\\_cotidiano\\_na\\_sala.doc](http://www.drearaguaina.com.br/educ.../cc/texto_1_reflexoes_cotidiano_na_sala.doc)> acesso em: julho de 2018.

---

Recebido:30/03/2019

Aceito: 19/07/2019

